



**Intervenção inicial do Ministro da Educação  
na Assembleia da República na Comissão de Educação e  
Ciência, 13 de julho 2022**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Sendo esta a primeira audição regimental nesta legislatura, queria começar por transmitir o gosto que temos em ter nesta comissão o olhar crítico e construtivo que nos ajudará no desenho de melhores políticas educativas e na fiscalização efetiva do cumprimento do Programa de Governo sufragado nesta Assembleia.

Esta primeira audição praticamente coincide com os primeiros 100 dias de Governo, um marco sempre assinalado como um momento particular de prestação de contas, sendo, pois, nossa intenção utilizar esta oportunidade para sistematizar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo destes meses.

O Programa do Governo dá continuidade a uma política centrada no sucesso escolar, na inclusão e no fomento de uma cidadania ativa e esclarecida. Um sucesso que não se quer estatístico e hierarquizado, mas de aprendizagens reais e que tem sido afetado pelo impacto que os anos de pandemia e encerramento de escolas teve nos alunos.

Antes de entrar na descrição da atividade recente, importa, contudo, dar conta a esta Comissão dos passos dados na mitigação de uma das questões que mais preocupa o Ministério da Educação: as dificuldades de substituição de professores que têm marcado os últimos tempos e que correm o risco de se agravar face à previsão de aposentações nos próximos anos.

O problema não é recente e por isso importa aqui recordar não só o trabalho iniciado nos últimos anos, como importa também recordar o contexto que herdamos.

O governo PSD/CDS, em plena consciência, achou por bem eliminar 26 mil professores do sistema e convictamente anunciou aos sete ventos que havia professores a mais, estimulando-os a mudar de profissão ou a emigrarem. E não é preciso recuar muito. Em 2019, o líder do PSD voltava a afirmar que havia professores a mais. Em 2021, disse uma coisa e o seu contrário.

Nos últimos 6 anos, os governos do Partido Socialista investiram no reforço de professores, ao inverterem a tendência de redução drástica, ao reconhecer a necessidade de chamar professores para tutorias, tarefas de apoio, coadjuvações e aumentando o crédito horário disponível nas escolas.

Repondo a legalidade, reduzimos o tempo da norma travão, procedemos a processos de vinculação extraordinária, diminuámos a precariedade, e descongelámos as carreiras, permitindo a progressão de milhares de professores.

Medidas concretas, sempre com o voto contra da direita que continuava a afirmar que havia excesso de professores.

No arranque deste ano letivo, a par da elaboração do estudo de antecipação de necessidades de professores, elaborado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e pela Faculdade de Economia da NOVA, foi criada uma equipa de apoio às escolas para ajudar as direções na atribuição de horas extraordinárias, no completamento de horários, na alocação de professores disponíveis, dispensando-os de outras tarefas. Já no terceiro período, foi feito o levantamento de penalidades trazendo para o concurso cerca de 4000 professores que estavam impedidos de preencher horários e autorizando o preenchimento de horários incompletos.

Senhoras e Senhores deputados

A ideia que alguns tentam passar de que nada se fez nos últimos anos é, pois, falsa e não pretende mais do que tentar apagar da memória coletiva os responsáveis pela construção da imagem de um país com professores a mais.

Obviamente, o que foi feito até aqui não chega face às necessidades crescentes e, por isso, importa caracterizar com mais detalhe o fenómeno da falta de professores e elencar as medidas em curso.

A falta de professores tem três dimensões, duas imediatas e uma de médio prazo.

O sistema educativo português, ao contrário do que se passa noutros países, ainda não enfrenta uma carência generalizada de profissionais. Ao longo do ano letivo, foram colocados cerca de 27 mil horários em substituições, portanto 27 mil profissionais disponíveis em diferentes momentos. As carências de professores em 87,5% dos casos deveram-se a absentismo por baixa médica, numa média apenas ligeiramente superior à do resto da administração pública, mas com uma distribuição assimétrica ao longo do ano letivo e, nos casos de mais difícil substituição com dificuldades induzidas pela suspensão e retoma de baixas com apenas um dia de intervalo.

Portugal tem um rácio professor/aluno inferior à média da UE, com fortes assimetrias regionais, que indiciam a necessidade de gerir melhor a distribuição dos recursos humanos.

No médio prazo, sabemos que enfrentamos um problema mais complexo, na medida em que o número de aposentações vai acelerar e não foram formados professores em número suficiente.

Face à complexidade deste quadro, o Governo tem vindo a tomar medidas para a gestão do imediato e para a preparação do médio prazo. São 11 as medidas em curso.

1. Foi aprovado o decreto-lei que permite a renovação dos horários incompletos. Para além da estabilidade conferida às equipas das escolas, os horários já preenchidos este ano já não irão a concurso, mitigando o efeito inesperado dos horários que ficam por preencher.
2. Em segundo lugar, as escolas poderão recorrer à contratação logo após a primeira reserva de recrutamento em que não fique professor colocado e sempre que a Direção-Geral da Administração Escolar conclua que já não há professores em número suficiente em reserva.
3. Antes do início do ano letivo, serão completados os horários disponíveis nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve, regiões de maior carência de professores, e nos grupos de recrutamento de Geografia, Físico-Química, TIC, Inglês, Filosofia e História.
4. Tradicionalmente, o Ministério da Educação tem podido ceder professores em mobilidade estatutária a diferentes organizações. Face à necessidade de ter professores nas escolas, promoveu-se uma redução generalizada destas cedências.
5. A boa gestão da mobilidade por doença, conforme esclarecido na ronda anterior, irá permitir uma mais harmoniosa distribuição dos professores disponíveis pelas escolas de proximidade, evitando assim a concentração de professores numa mesma escola quando há capacidade e necessidades identificadas em escolas próximas.

6. Vão também ser reforçados os instrumentos de verificação de doença domiciliária, para aferir os casos em que a doença não justifica interrupções, permitindo maior estabilidade na substituição dos professores e reduzindo os tempos necessários à substituição.
7. Em quinto lugar, está em preparação a revisão das habilitações para a docência, que irá alargar o conjunto de professores disponíveis com habilitação própria, atendendo aos percursos formativos e aos ECTS, vulgo sistema de transferência de créditos, realizados nas diferentes áreas disciplinares e não apenas à designação das licenciaturas.
8. Em setembro, iniciaremos a redução da dimensão dos Quadros de Zona Pedagógica, para que a deslocação dos professores seja reduzida e se possam tornar mais atrativos os lugares disponíveis.
9. Em nono lugar, dar-se-á início, em setembro, ao processo de concertação social para a revisão do modelo de recrutamento e colocação de professores, tendo em vista a criação de condições para a fixação de mais professores em quadro de escola, de forma permanente e com perspetiva de estabilização da sua vida pessoal num território. Este processo será acompanhado de uma aferição de necessidades permanentes das escolas, para redução da instabilidade e dos vínculos precários.
10. Na antecipação das necessidades de médio prazo, em estreita articulação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, está constituído um grupo de trabalho

coordenado pela Professora Carlinda Leite com a tripla missão de propor uma revisão dos requisitos de acesso aos mestrados das Escolas Superiores de Educação, de propor modelos de profissionalização em exercício, que poderão envolver modalidades diferenciadas de frequência da formação profissional e de disponibilização de oferta de formação para profissionais que desejam voltar à profissão. No contacto com as instituições de ensino superior, já solicitámos a disponibilidade para o alargamento de vagas nos mestrados em ensino, atendendo ao facto de, em várias instituições, se estar a assistir a um grande crescimento da procura destes cursos.

11. Na sequência deste trabalho, os estágios profissionais voltarão a ser remunerados e com mais trabalho com turmas, melhorando os mecanismos de indução na profissão.

Senhoras e senhores deputados,

Para quem alega que nada está a ser feito, este é um primeiro leque de medidas desenvolvidas nestes primeiros três meses.

Outras medidas se seguirão, no compromisso de que tudo estamos a fazer para que, no arranque do ano letivo, não haja horários por preencher.

Mas sendo a falta de professores uma prioridade da nossa atividade, não é a única.

Estamos ainda no rescaldo dos dois anos fortemente impactados pela pandemia, aferindo continuamente os resultados das aprendizagens.

Ao longo destes 100 dias, investimos fortemente na monitorização destes impactos e na produção e disponibilização de indicadores de monitorização. Destes indicadores, saliento:

- Os dois relatórios de monitorização do Plano de Recuperação das Aprendizagens, que aferem quais as medidas mais mobilizadas pelas escolas e a perceção de impacto das diferentes medidas na recuperação dos alunos.
- Dois relatórios de impacto dos Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, que atestam da relevância dos quase mil e duzentos técnicos colocados nas escolas para apoio à recuperação.
- Relatório do estudo de aferição do bem-estar emocional na comunidade escolar, que deu origem à adoção de materiais de intervenção e formação de professores e técnicos para a sua formação, numa parceria entre o Ministério da Educação e a Fundação Calouste Gulbenkian.
- Resultados das provas de aferição do 9.º ano, que indiciam uma redução preocupante dos resultados a matemática.
- Publicação dos indicadores do Sistema de Monitorização da Implementação do Regime Jurídico da Educação Inclusiva nas Escolas, através de um trabalho produzido pela Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, agência essa



que destaca Portugal como um país de referência entre os países europeus .

Esta monitorização e os resultados aferidos permitem-nos concluir, conforme estava previsto na Resolução de Conselho de Ministros que aprovou o Plano de Recuperação das Aprendizagens, que os recursos humanos afetos a este programa continuam a ser necessários, tendo o Conselho de Ministros deliberado a sua prorrogação para o próximo ano letivo, mantendo-se a possibilidade de continuidade do trabalho dos técnicos afetos aos Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, o alargamento do crédito horário, o reforço do horário das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva e o reforço das Tutorias.

Foi também já deliberada a repetição do estudo diagnóstico amostral realizado em 2020, alinhado com os indicadores de monitorização do sistema do PISA, incidindo sobre a literacia de leitura e informação, literacia matemática e literacia científica, bem como a repetição bienal da monitorização da bem-estar emocional.

Os últimos 100 dias foram ainda marcados pela receção dos mais de 4700 estudantes ucranianos. Porque, nos últimos anos, o Ministério da Educação desenvolveu instrumentos fundamentais para o acolhimento de alunos refugiados, em particular de menores não acompanhados, simplificando procedimentos, e procedeu a uma alteração ao desenvolvimento do Português Língua Não Materna, permitindo períodos de imersão e entrada gradual no currículo, foi possível acolher estes alunos sem recurso a novas medidas, sendo

de saudar e agradecer a todas as escolas que responderam com grande determinação e solidariedade.

Portugal comprometeu-se com o apoio à reconstrução da Ucrânia. Nesse âmbito, está em curso um trabalho de identificação de escolas que foram praticamente dizimadas em bombardeamentos. Portugal assumiu o compromisso de ajudar na reconstrução de escolas na região de Jitomir e iremos fazê-lo.

Quero ainda aqui recordar que, dois dias depois da entrada em funções da nossa equipa, entrou em vigor o processo de descentralização de competências para todos os municípios. Este é um processo exigente, que assenta na confiança nos autarcas e nas comunidades locais. Os trabalhos da Comissão de Desenvolvimento da Descentralização, coordenada pelo Sr. Secretário de Estado da Educação, tem permitido acompanhar e melhorar a transferência de competências, tendo já o orçamento de estado reforçado muito significativamente o poder dos municípios para o processo de manutenção das escolas, com valores superiores aos que estavam anteriormente disponíveis. Este é um trabalho que resulta do sucesso dos municípios que aderiram à descentralização desde 2019 e das comissões locais de descentralização, que foram trabalhando no limar de arestas, tendo já várias sido extintas por se ter dado por concluída a sua missão.

Na educação, estamos constantemente a gerir o imediato, mas também a planear um futuro mais robusto e coeso. Trabalhamos todos os dias para isso. Os processos de digitalização, modernização

do ensino profissional e de melhorias das aprendizagens são exemplo vivo.

As escolas portuguesas têm hoje mais um milhão de computadores portáteis e kits de conectividade, novos videoprojectores a serem instalados, novos computadores para os serviços administrativos, a formação de professores para a transição digital já chegou a 55 mil docentes, o número de alunos que beneficia de recursos digitais, no piloto dos manuais digitais sobe de cerca de 3 mil para mais de 12 mil no próximo ano letivo.

O Governo abriu o concurso para a instalação de Centros Tecnológicos Especializados. Estimamos aprovar as primeiras 108 candidaturas até ao final do ano civil, num investimento que permitirá que cursos profissionais por todo o país se modernizem, em valores superiores a um milhão de euros por curso, nas áreas do digital, da informática, da indústria e das energias renováveis.

O investimento num currículo mais sólido e mais inclusivo assenta também na continuidade do trabalho iniciados nos últimos anos, estando preparada a formação de professores na área da matemática, da educação inclusiva e tendo sido colocada em consulta pública as Novas Aprendizagens Essenciais para a disciplina de Matemática, fruto de um trabalho de cerca de 7 anos de reflexão.

Senhoras e Senhores Deputados,

Este é um primeiro exercício de prestação de contas. Estamos ao vosso dispor para construir, criar consensos e pontes, assumindo o desígnio da Cimeira da UNESCO, Transformar a Educação, com propósito e ouvindo todos, tal como promovemos na organização da consulta nacional de preparação deste importante evento.

Muito obrigado.

